



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
65ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

A sexagésima quinta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Rua Duque de Caxias, hum mil, seiscentos e noventa e um, Porto Alegre-RS, no dia dois de maio do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Helio Corbellini, Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA – Presidência; Paulo Renato Paim, Secretaria de Obras Públicas – SOP – Vice-Presidência - representante; José Luís Barbosa Gonçalves, Secretaria dos Transportes – representante; Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da Saúde – representante; Alberto Rossi, Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT – representante; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente – representante; Tânia Zoppas, Comitê Caí – suplente; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Luis Augusto de Almeida Persigo, Comitê Ijuí – titular; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí – suplente e José Alberto Vieira, Comitê Piratinim - suplente. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura; SEDAI - SDPI; Casa Civil; SEMC – SEINFRA e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais:** Ivo Mello, Comitê Ibicuí; Fernando Bernal e Aline Abreu da Silva, Comitê Baixo Jacuí; Henrique Kotzian, Ecoplan Eng^a Ltda; Gerson Ferreira, Comitê Santa Maria; Silvio Klein, Comitê Sinos; Lenison Maroso e Sergio Miotto, Comitê Apuaê-Inhandava; Lucio Simões Aquino, Comitê Butuí-Icamaquã; Eldo Frantz Costa, Associação dos Usuários do Rio Santa Maria – AUSM; Ricardo Almeida, CORSAN; Raquel Reisdorfer, Comitê Ijuí; Marco Mendonça, Tiago B. Loch e Heloisa Fiori, DRH/SEMA; Carmem Lúcia S. da Silva e Margarete W. Bremm, Secretaria Executiva do CRH/RS. Presidente Hélio Corbellini abriu a reunião saudando a todos os presentes e informou que não poderá participar da reunião por problemas de saúde. Colocou sua intenção de sempre fazer reuniões presenciais e colocar na Web, para poder ser acompanhada por quem não puder comparecer, sendo essa a melhor forma de interação que se tem com a sociedade e os assuntos do Conselho de Recursos Hídricos. Também sugeriu fazer as reuniões das Câmaras Técnicas de forma presencial. Para isso terá que conseguir recursos para a compra de equipamentos e outro prédio. A Secretaria está alugando um prédio com doze andares em frente à Prefeitura Municipal. É um prédio semi-inteligente, que diariamente manda para a central o consumo de água, luz e energia de todas as salas, tem câmeras em todo prédio, sala de reuniões, anfiteatro, uma sala de segurança.. Essa era uma reivindicação antiga dos funcionários. E o sinistro ajudou o Governo a decidir e já que vai se gastar em aluguel, se gaste em algo que realmente dê conforto aos funcionários. Vamos utilizar outro sistema de escritório, que vai ser mais moderno, sem divisórias entre setores, metade do prédio vai ser FEPAM e a outra metade SEMA. Os órgãos comuns de dois, no caso, estarão no mesmo andar para se estabelecer a mesma política dentro do programa que nós temos: “Um só órgão, uma só política”. O contrato deve ser assinado na segunda ou terça-feira próxima. Presidente Hélio Corbellini se desculpou por não poder permanecer na reunião, salientou que os Recursos Hídricos são muito importantes para o Governo, disse estar sempre aberto a sugestões e passou a palavra para o Vice-Presidente Paulo Paim conduzir a reunião. Vice-presidente Paim passou a palavra para a Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva fazer as **I – Comunicações** – a. Recebidos: Ofício nº 0015/2012 da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, data de 10 de janeiro de 2012, assinado pelo Prefeito Ary Vanazzi, com cópia para o Comitê Sinos, DRH e Gabinete do Governador, solicitando suspensão de todas as outorgas concedidas aos produtores de arroz para captação no rio dos Sinos e todos os seus afluentes; b. Ofício nº 05/2012 da Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos do FRH/RS do FRH sobre o Termo de Convênio SEMA/FRH/SENAI, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 22 de março deste ano. O Diretor Marco Mendonça esclareceu que deve ter havido algum equívoco com relação à participação do FRH/RS neste convênio. O departamento jurídico da SEMA já está avaliando, vai ser feita a correção; C. Ofício Comitê



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 Sinos nº 035, de 25 de março de 2012, encaminhando argumentos contrários à justificativa
55 do Projeto de Lei 442, de autoria do Deputado Luis Lauermann, que proíbe a retirada de
56 água com a finalidade de irrigação agrícola de forma intensiva da Bacia Hidrográfica do Rio
57 dos Sinos; d. Ofício 007/CGBH – Taquari - Antas sobre o Diagnóstico Ambiental da Bacia
58 Taquari - Antas: diretrizes regionais para o licenciamento ambiental das hidrelétricas,
59 elaborado pela FEPAM, no ano de 2001 - O Comitê solicitou que o Conselho deliberasse
60 sobre este assunto e a secretária adjunta Carmem solicitou a concordância dos conselheiros
61 para inclusão na Ordem do dia. Aprovada inclusão. Diretor Marco usou a palavra e colocou
62 que tiveram uma conversa com o Comitê Sinos, e diante de todos os problemas de
63 estiagem e toda a crise que tem acontecido, perceberam a necessidade da conclusão do
64 Plano Sinos, por ser uma bacia que tem uma situação mais sensível. A proposta era de
65 apresentar hoje aqui uma proposta de conclusão do plano num prazo até o final do ano.
66 Tivemos um problema porque havia uma ata de registro de preços que já expirou e vamos
67 pedir mais alguns dias para concluir a proposta e devemos reapresentar ela na próxima
68 reunião do CRH. Amanhã, o Comitê Sinos tem uma reunião da CPA, onde vão abordar o
69 assunto. Nós pretendemos aprofundar mais essa discussão e buscar a conclusão do plano
70 num prazo mais rápido e eficiente possível. Por isso estamos pedindo para retirar esse item
71 da pauta de hoje. e. Comunicado da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do
72 Uruguai – CTU - Carmem Silva, fez a leitura do Comunicado da Reunião da CTU, ocorrida
73 no turno da manhã, que se traga a pauta do CRH o Plano de Ações das Sub-bacias do
74 Arroio Tigre e Rio Campo e autorização do CRH para que a Câmara Técnica do Uruguai ser
75 o agente articulador e organizador da mobilização para criação do Comitê do Uruguai. Vice-
76 Presidente Paim observou que a correspondência da CTU tem dois pontos: um deles que
77 remete a pautar para a próxima reunião do CRH, a aprovação que ainda não aconteceu do
78 plenário em relação ao acordo social e político que foi desenvolvido na bacia do Arroio
79 Tigre, no âmbito do Comitê Apuaê - Inhandava, alguns anos atrás, para que a Câmara
80 Técnica se posicionasse em relação a uma questão lá colocada e está sugerindo que o
81 CRH se manifeste novamente. E o segundo assunto diz respeito à autorização deste
82 plenário para que a CTU seja o agente articulador no âmbito do Rio Grande do Sul, para a
83 construção do Comitê Federal da Bacia do Rio Uruguai. Colocou em votação a inclusão dos
84 itens, foi aprovado. **II - Ordem do dia - Item 1. Aprovação das Atas: 18ª Reunião**
85 **Extraordinária e 64ª Reunião Ordinária do CRH/RS.** Vice-presidente Paim informou que
86 as atas foram enviadas no prazo regimental a todos os conselheiros e não houve
87 manifestações para alterações. Atas aprovadas. **Item 2 - Expediente Nº 007521-0500/11-7**
88 **– Resolução Nº 97/2011 – Ad Referendum – Critérios para a operação dos sistemas de**
89 **bombeamento de água para irrigação na Bacia do Rio dos Sinos.** Sr. Ivo Mello,
90 Presidente do Comitê Ibicuí colocou que se tente evitar esses ad referendum, porque são
91 três resoluções: Santa Maria, Sinos e Gravataí e todos os anos elas têm que ser reeditadas.
92 Acabamos de ouvir um ofício da Prefeitura de São Leopoldo, pedindo que as outorgas para
93 irrigação sejam sustadas. A Prefeitura, que é parte do Comitê ou deveria ser, mostra que
94 não tem o mínimo conhecimento do que está acontecendo no âmbito do sistema de gestão
95 dos recursos hídricos, que tem uma resolução desse porte, um instrumento de gestão desse
96 órgão colegiado, que inclusive tem servido muito bem para outros ambientes, citando a
97 Bacia do Quaraí Federal, que usa a regra da régua deliberada no comitê do Santa Maria, é
98 uma regra que funciona. Nossa sugestão é que essas resoluções venham com a
99 antecipação mínima que se exige para situações de irrigação, e que sejam aprovadas
100 regimentalmente, com toda pompa e procedimentos burocráticos necessários a um
101 processo desse porte. Vice-Presidente Paim se dirigiu ao Sr. Ivo Mello relacionando três
102 maneiras de seguir: que simplesmente seja registrado em ata que todos os Conselheiros
103 recebem; que vire uma proposta de resolução do CRH, ou talvez o mais adequado seja uma
104 Moção. Sr. Ivo Mello optou por Moção. Vice-presidente Paim sugeriu que a Secretaria
105 Executiva produza o texto e veja se compete a uma Moção ou Recomendação. Foi
106 aprovado por unanimidade. **Item 3 – Expediente Nº 2129-0500/12-8 – Resolução Nº**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 **98/2012 – Ad Referendum – Estabelece tratamento diferenciado aos Municípios**
108 **atingidos pela estiagem.** Diretor Marco esclareceu que essa resolução foi feita num
109 contexto; mais uma estiagem grave ocorreu no Estado da mesma forma como ocorreu no
110 início do verão de 2011, novamente tivemos a mesma situação, com algumas
111 peculiaridades. Houve um deslocamento da região mais afetada, que na estiagem do ano
112 passado foi mais na metade sul. Este ano ela atacou inicialmente a região central do estado
113 e a região metropolitana. Nos meses de novembro e dezembro a quantidade de chuvas foi
114 25% do normal e como eram áreas onde a distribuição dos municípios era muito pequena e
115 tinha muitos municípios com a situação mais precária, o pedido do Governo, foi que se
116 desse uma solução para o problema de concessão de outorgas. A situação ideal seria que
117 pudéssemos analisar os processos de outorga num prazo exíguo, só que não tínhamos
118 condições técnicas de atender. A proposta de se fazer essa resolução não é a melhor, mas
119 em função da gravidade da situação, foi de que se criasse um mecanismo que pudesse ser
120 o mais ágil, porque a ação tinha a necessidade concreta de ser efetuada logo, não poderia
121 se aguardar um prazo maior, porque senão se perdia a estiagem, perdia a razão de ser. A
122 proposta é de alteração, porque essa resolução, assim como a outra, está fora do seu
123 prazo, poucas prefeituras utilizaram desse expediente. Tinha uma proposta de alteração na
124 redação dela, a pedido dos próprios técnicos, de basicamente dois temas. Também tem um
125 terceiro tema que era enumerar quais órgãos de Estado poderiam usar essa resolução.
126 Então se elencou a Secretaria da Agricultura Pecuária e Agronegócio, Secretaria de
127 Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Secretaria da Habitação e Saneamento,
128 Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano e a CORSAN. Uma das
129 mudanças que queremos implementar logo na questão das outorgas é que o Cadastro de
130 Usuários de Água seja de fato a porta de entrada do sistema de outorga, que ele seja
131 adotado e posto como uma questão obrigatória. A outorga não pode continuar sendo
132 vendida como um processo meramente burocrático. Para que se faça gestão de recursos
133 hídricos é sumamente importante que se tenha acesso às informações corretas; e um mero
134 processo burocrático, muitas vezes está mais preocupado com a formalização do pedido do
135 que com a informação em si. Nós pretendemos na próxima reunião do CRH apresentar uma
136 resolução que formalize o cadastro de usuários como a porta de entrada para os processos
137 de outorga, até para que não ocorram outras situações similares a essa. Na redação original
138 se colocava a possibilidade de informar a divisão de outorga através de fax, e-mail ou o
139 cadastro. Agora estamos pedindo isso que seja modificado, que o cadastro seja a porta de
140 entrada obrigatória para o sistema de outorga. Essa é uma proposta de redação:
141 acrescentar os órgãos de Estado, que poderiam estar dentro do guarda-chuva dessa
142 resolução, a questão da obrigatoriedade do Cadastro de Usuários de Água e um terceiro
143 ponto que trata da natureza da utilização da perfuração do poço. A resolução trata de uma
144 espécie de autorização prévia para fazer perfuração, mas a outorga é que permite a
145 utilização. Também queremos fazer uma observação em relação à questão das análises
146 necessárias quando se tratar de água para consumo humano. São medidas pontuais, tem
147 um caráter mais formal, mas consideradas importantes para outros expedientes dessa
148 natureza. Conselheiro Ivo Mello questionou se não seria melhor fazer primeiro o ICA e
149 depois mandar para a Secretaria, para a divisão de outorga; porque como a porta de
150 entrada é o ICA, que está na internet e é público, o usuário faz o cadastro e essa já é uma
151 documentação que vai para o DRH como sendo uma construção. Diretor Marco esclareceu
152 que no dia 26, semana passada, foi implementado um novo módulo do ICA na PROCERGS,
153 era o módulo que faltava de validação dos dados. Agora funciona assim: quando o usuário
154 fizer o cadastro, ele vai indicar todas as especificações técnicas, clicar num botão e enviar
155 os dados primeiro para que sejam analisados por nossos técnicos. Se não houver nenhum
156 problema e ele for validado, retorna para o requerente, já sai um relatório pronto que ele e o
157 responsável técnico pela intervenção assinam e entra no processo normal de outorga.
158 Conselheiro Ivo Mello sugeriu que no artigo 2º, houvesse uma inversão na redação; que na
159 hora do cadastramento no ICA, liberasse o documento e fosse automaticamente enviado ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 DRH/Gabinete e a divisão de outorga. Sendo assim, já estaria eletronicamente cadastrado.
161 Conselheiro Daniel questionou se os municípios também podem ser executores ou só as
162 secretarias. Diretor Marco esclareceu que durante o período de estiagem houve, no âmbito
163 de Governo de Estado, a instituição do gabinete da crise, que versava para tratar de ações
164 emergenciais, de combate à estiagem, basicamente sobre financiamentos de safras
165 perdidas, entrega de cestas básicas e outros equipamentos. Havia muitas perfurações de
166 poços realizadas no passado, que não tinham bomba nem encanamento. Esse kit partia da
167 Secretaria de Obras juntamente aos municípios e por isso podemos acrescentar os
168 municípios como executores. Na época a Secretaria de Obras disponibilizou duas máquinas
169 para perfuração dos poços. Como esse texto foi pontual na estiagem passada, ele é ad
170 referendum, podemos fazer essas modificações formais. Quando fizermos as reformulações
171 das resoluções de outorga, que são várias, podemos fazer essa discussão e unificar numa
172 só. Conselheira Margarete questionou que não ficou muito claro no texto quem poderia
173 efetuar o cadastramento, se é o município ou quem perfura o poço. Diretor Marco
174 esclareceu que talvez não tenha ficado muito claro, porque o decreto que criou a condição
175 de emergência era aditado, cada semana havia o ingresso de novos municípios, no total
176 deve ter abrangido mais de trezentos municípios. A ideia original era permitir uma forma de
177 que essas intervenções, quando fossem necessárias, pudessem ser de fato realizadas, em
178 função da situação grave da estiagem. Podemos modificar essa redação, mas eu diria o
179 seguinte, como não temos os dados de quantas outorgas e cadastros foram feitos
180 especificamente dentro desse enquadramento. Temos muitos processos que foram abertos
181 nesse período, por mês entra uma média de 300 a 350 processos normalmente na SEMA,
182 mas podemos fazer essa modificação. Em relação a isso, temos hoje um número razoável
183 de resoluções do Conselho, cada uma delas abordando uma especificidade nessa questão
184 das outorgas. Isso é ruim pra quem precisa fazer a intervenção, porque a pessoa tem que
185 consultar um grande número de dispositivos normativos pra ver qual se enquadra na
186 situação dele e que havia necessidade de darmos uma analisada. Vou citar um exemplo que
187 chamou muita atenção essa semana: uma das nossas resoluções especifica que a
188 perfuração de poços em área urbana pra lavanderia, por exemplo, pode ser permitida desde
189 que a rede pública não atenda adequadamente. Então, como vou especificar isso, vou pedir
190 um certificado pra empresa de saneamento, dizendo que ela não atende? Como vou fazer
191 um cidadão comprovar isso no seu processo de outorga, de que de fato a rede não atende
192 adequadamente eles. Tem alguns detalhes que criam um emaranhado burocrático no
193 processo que prejudica, e pra gestão de recursos hídricos isso não é relevante. Nós temos
194 hoje mais de seis mil processos de outorga que estão pendurados, incompletos, está
195 faltando documentação e muitos não têm nem como andar, em função da falta de
196 documentos que comprovem, com base em toda essa relação de resoluções do Conselho.
197 Então temos que ter um bom senso na hora de estruturar essa normatização, pra que cada
198 um dos itens que sejam colocados ali, possa de uma forma bastante concreta ser resolvida
199 e de se comprovar. Tem questões óbvias das quais não se pode abrir mão, como as
200 informações com relação à regularidade do projeto, isso não tem nem o que discutir, mas
201 têm algumas outras que prejudicam e acaba criando uma imagem negativa da gestão de
202 recursos hídricos, porque parece um cartório e nós não somos um cartório. Por isso
203 podemos fazer a modificação nessa redação, mas ela se refere a um período específico que
204 passou, é um prejuízo do ad referendum. Vice-Presidente Paim colocou que tem duas
205 saídas: essa resolução já aconteceu, terminou o prazo e nós estamos aqui discutindo
206 detalhes. Uma saída é o Departamento traga um texto otimizado, porque aprovar hoje ou
207 aprovar na próxima reunião não vai fazer diferença. A outra é ficarmos aqui discutindo itens
208 e detalhes do texto de uma resolução que já não tem mais validade. Conselheiro Daniel
209 questionou sobre a o prazo de vigência do decreto. Diretor Marco esclareceu que todo
210 decreto de emergência tem prazo definido. Quando um município solicita situação de
211 emergência é por um prazo determinado, geralmente três meses, que pode ser renovado.
212 Essa renovação nem sempre é possível fazer, porque em algumas situações isso envolve a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 possibilidade do município de contratar sem licitação, receber verbas do Governo Federal
214 para determinadas ações. Vice-Presidente Paim salientou que tem uma série de questões e
215 dúvidas que não estão claras e como este decreto ainda está vigente, colocou novamente a
216 proposta que o Conselho devolva ao DRH para que ele detalhe essas questões que foram
217 levantadas, otimize o texto e traga novamente para aprovação do Conselho. Aprovado por
218 unanimidade. **Item 4 – Cronograma de reuniões do CRH/RS para o ano de 2012 – O**
219 Vice-Presidente Paim apresentou a proposta de cronograma com as datas: 20 de junho, 08
220 de agosto, 10 de outubro e 12 de dezembro. Cronograma aprovado por unanimidade.
221 Diretor Marco acrescentou que vão apresentar na próxima reunião do CRH, um problema
222 recorrente que tiveram com relação ao orçamento do Fundo de Recursos Hídricos. Vamos
223 construir com a Secretaria de Planejamento uma proposta nossa, ao invés de aguardar uma
224 sinalização de teto para os projetos que precisamos apresentar da SEMA, com relação a
225 gestão dos recursos hídricos e levar ela de uma forma pró ativa para a SEPLAG incorporar
226 no processo do orçamento do ano que vem. Temos também algumas necessidades com
227 relação a alguns planos de bacia que precisam começar. Então a nossa ideia é apresentar
228 na próxima reunião do CRH uma proposta para discutirmos em cima delas e levar adiante
229 como proposta orçamentária. Heloísa Fiori acrescentou que os comitês de bacias, o Fórum
230 Gaúcho de Comitês, a CTPA deveriam se mobilizar para realmente se anteciparem esse
231 ano, antes que haja um contingenciamento de recursos. No ano passado eu não estava aqui
232 quando houve toda essa mobilização, que muitos acharam precipitada, mas eu soube que a
233 Conselheira Margarete defendeu a antecipação e colocou que era muito racional. Acho que
234 todos concordam, até mesmo para que não tenhamos a surpresa que tivemos no ano
235 passado. Vice-Presidente Paim colocou os assuntos que foram incluídos na pauta com
236 autorização dos conselheiros. **1. Ofício 007/CGBH – Taquari - Antas sobre o Diagnóstico**
237 **Ambiental da Bacia Taquari - Antas: diretrizes regionais para o licenciamento**
238 **ambiental das hidrelétricas, elaborado pela FEPAM, no ano de 2001.** Conselheiro Daniel
239 colocou que a plenária do comitê Taquari-Antas reunida no dia 24 de fevereiro discutiu e
240 deliberou para que se encaminhasse para o CRH, sobre uma temática relacionada ao
241 “Diagnóstico Ambiental da Bacia Taquari-Antas: diretrizes regionais para o licenciamento
242 ambiental de hidrelétricas”. Este assunto está no comitê desde 1998, a partir do inventário
243 da CEEE de implantação de hidrelétricas na bacia hidrográfica e tinha um potencial gerador
244 de 76 empreendimentos. Isso gerou uma corrida de construção de pequenas, médias e
245 grandes obras geradoras de energia hidrelétrica, a partir do qual a FEPAM fez um estudo e
246 concluiu em 2001, com algumas condições e restrições para a implementação de
247 hidrelétricas. Esse estudo reduziu os empreendimentos para 56, muitos desses caíram fora
248 e foram classificados como baixo, médio e alto impacto ambiental. Esse assunto ficou e foi
249 caracterizado junto a ANEEL como um trabalho de bastante mérito da FEPAM, porque foi o
250 primeiro trabalho regional de planejamento de uma bacia hidrográfica para este tipo de
251 empreendimento e nortear os licenciamentos ambientais. Esse tema ficou em nível de
252 estudo e uso exclusivo da FEPAM, nunca tramitou legalmente por nenhuma instância, nem
253 do CONSEMA e muito menos do CRH. O comitê Taquari-Antas achou por bem, resgatar
254 essa temática, trazer à tona a discussão, levar ao conhecimento do CRH e pedir
255 deliberações. Conselheiro Daniel leu os cinco considerandos do documento: a existência de
256 conflitos de uso da água quando tratamos de um destes, que é a geração de energia; a
257 necessidade de monitoramento da qualidade das nossas águas; a necessidade de
258 atualização e efetivação do reestudo proposto pela FEPAM quando se refere a este
259 diagnóstico; a necessidade de implantação de todas as políticas propostas definidas por tais
260 diretrizes, com atualização constante; a consideração de que todo e qualquer estudo deva
261 ser encaminhado ao Comitê de Gerenciamento e às instâncias do Sistema de Recursos
262 Hídricos para deliberação. O comitê decidiu que o estudo Diagnóstico Ambiental da Bacia
263 Taquari-Antas: diretrizes regionais para o licenciamento ambiental das hidrelétricas, de
264 2001, deva ser balizador para os licenciamentos ambientais, as outorgas de
265 empreendimentos e para o diagnóstico do plano de bacia do Taquari-Antas. Tal situação se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 altera quando da existência de um novo estudo, tramitado e aprovado por todas as
267 instâncias dentro do sistema de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul. E ainda
268 solicita a este Conselho que delibere sobre o referido tema, aprovando como diretriz para os
269 itens acima citados, quando de decisões na Bacia hidrográfica Taquari-Antas, no trecho já
270 diagnosticado, o Diagnóstico Ambiental da Bacia Taquari-Antas: diretrizes regionais para o
271 licenciamento ambiental das hidrelétricas, efetuado pela FEPAM no ano de 2001. Esta é a
272 colocação que estamos trazendo ao CRH para sua deliberação. Vice-Presidente Paim
273 colocou para discussão, mas não houve manifestação. Então lembrou aos conselheiros que,
274 esse estudo trazido pelo Comitê Taquari – Antas para o CRH exige uma opinião técnica e
275 jurídica, e nas competências do CRH não tem aprovação direta de um ou outro estudo que
276 não seja um plano de bacia. No caso, o comitê Taquari-Antas está querendo que um dado
277 estudo da FEPAM, que é um estudo técnico aprovado na instituição FEPAM, que é um
278 órgão técnico, seja utilizado na construção do seu próprio plano de bacia. A reflexão é que o
279 plenário do Conselho esteja municiado de um parecer jurídico e um parecer técnico. Em
280 minha opinião não cabe ao CRH aprovar ou determinar que este ou aquele estudo seja
281 utilizado tecnicamente em um processo de outorga, que é da competência exclusiva do
282 departamento. Ao CRH e aos Comitês cabem diretrizes de outorga. Uma coisa é diretriz e
283 outra é um trabalho técnico ser aprovado pelo CRH, como regra a ser utilizado, porque
284 quem contratou, pagou e aprovou tecnicamente foi um órgão do sistema que é a FEPAM.
285 Outorga e Licenciamento Ambiental é da competência de dois órgãos gestores do sistema,
286 para que nós possamos emitir diretrizes. Isso é para reflexão de vocês conselheiros, porque
287 eu não sei, e honestamente se tiver que votar vou me abster, se temos competência jurídica
288 e legal para aprovar e dizer agora usem este trabalho técnico feito há dez ou doze anos
289 atrás. Conselheiro Daniel pediu a palavra para traçar um paralelo com relação às diretrizes
290 para outorga de irrigação e pegou a situação do Sinos, questionando o Presidente Silvio se
291 o problema deles é só quantitativo. Silvio esclareceu que é qualitativo e quantitativo. Tem
292 algumas doutrinas que dizem que no rio dos Sinos, além de cuidar da régua, tem que cuidar
293 também da qualidade, porque só a régua não basta, porque pode dar um conflito de usos de
294 interesses com relação a isso. Como vamos deliberar depois sobre quantidade pra outorga,
295 se vamos trabalhar um item qualitativo e não quantitativo de outorga de uso da água. Essa é
296 uma problemática que tem que vir à tona em discussões e conversas e estamos colocando
297 que no Comitê Taquari-Antas isso seja diretriz de outorga. Lá temos um número x de
298 barramentos e neste caso devem ser levados em consideração no momento da outorga ao
299 gerador de energia. Porque tem N vontades de desmanchar com todo esse processo que foi
300 muito bem feito até hoje e utilizar outros trechos do rio que passam dos 77 depois. Então
301 nós queremos que fique nesse número, porque a sociedade ainda não tem resposta do que
302 significa 56 empreendimentos hidrelétricos em uma bacia hidrográfica e já estão querendo
303 botar 60, 70 fora disso aí. O Comitê se acha no direito de fazer gestão de recursos hídricos
304 e gostaria do reconhecimento da plenária do CRH sobre isso. Vice-Presidente Paim sugeriu
305 que fosse emitida uma Recomendação do CRH, ao DRH e a FEPAM, para que utilize tal
306 documento nas suas atribuições, porque o CRH não pode passar por cima do DRH, dizendo
307 que deve aceitar este ou aquele trabalho técnico como adequado. Também deu a opção de
308 fazer uma consulta jurídica sobre o assunto. Diretor Marco salientou que esse ponto
309 colocado pelo Daniel evoca outra necessidade que já foi identificada dentro dos órgãos
310 ambientais. Existe uma falta de articulação de base de dados entre FEPAM e SEMA, de
311 forma que hoje não temos acesso aos dados de irrigação que a FEPAM licencia e vice-
312 versa. Ontem foi aprovado um financiamento do Banco Mundial, o SIRAM, que visa acabar
313 com esse tipo de problema. Na prática temos uma total falta de articulação, e às vezes até
314 por falta de um dispositivo legal. Para vocês terem uma noção, tem uma empresa
315 terceirizada que dá manutenção nas bases de dados da FEPAM, e se pedirmos para alterar
316 o sistema deles, incorporando alguma coisa de outorga dá problema, porque o contrato da
317 empresa é com a FEPAM e não com a SEMA. A importância e a necessidade de haver essa
318 integração das bases de dados nós já identificamos e é um dos carros-chefes que queremos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 adotar num prazo relativamente curto. Na prática, no ambiente não existe dissociação entre
320 recursos hídricos e ambiente, e na gestão estamos tendo essa dificuldade a partir da
321 natureza da própria formação dos órgãos, se foi uma junção de departamentos de
322 secretarias diferentes que de certa forma reproduzem os seus sistemas até hoje, por isso
323 precisamos fazer essa integração acontecer de fato. Vamos citar um exemplo para vocês
324 terem uma ideia da importância da questão jurídica, na questão dos agrotóxicos, por
325 exemplo: tem uma portaria da FEPAM que disciplina a distância mínima entre os depósitos
326 de agrotóxicos pra áreas urbanas. Estão contestando na justiça o fato de que portaria não
327 pode criar efeitos jurídicos para fora da instituição. Se isso for derrubado ficaremos
328 completamente sem amparo legal nesta diretriz da FEPAM. Era um estudo interno, ela
329 poderia criar um efeito para dentro, nunca para fora. No caso do Taquari-Antas, seria
330 interessante se pudéssemos incorporar este estudo no plano de bacia. Vice-Presidente
331 Paim sugeriu que o Conselho incorpore o estudo da FEPAM no plano, através de uma
332 Recomendação, o DRH cumpre e depois este Conselho aprova o resultado, que é o
333 enquadramento que considerou isso. Colocado para discussão, Recomendação dirigida a
334 FEPAM e DRH aprovada por unanimidade. **2. Ofício nº 06 que trata solicitação de
335 prorrogação do prazo das entidades do Comitê Taquari Antas.** Conselheiro Daniel usou
336 a palavra e explicou que da mesma forma que os demais comitês que estão em processo de
337 construção dos seus planos de bacia, o Comitê Taquari-Antas encerrou agora no mês de
338 abril o mandato da plenária e está em processo de elaboração do plano de bacia, que pelo
339 cronograma original vai até outubro desse ano. Por isso fizemos esse encaminhamento para
340 deliberação da plenária do comitê e decidimos solicitar ao Conselho a prorrogação do
341 mandato da plenária do comitê enquanto estivermos em processo de construção do plano
342 de bacia. Vice-Presidente Paim esclareceu aos conselheiros que é de praxe que se
343 encaminhe esse tipo de solicitação ao DRH e neste caso há uma manifestação do biólogo
344 Tiago Loch com Parecer favorável. Colocado a prorrogação de mandato das entidades e
345 diretoria do Comitê Taquari-Antas foi aprovado até a conclusão do Plano de Bacia previsto
346 para outubro de 2012. **3. Comunicado da Câmara Técnica do Uruguai - que pede
347 autorização** – Vice-Presidente fez a leitura do comunicado, uma espécie de carta branca do
348 plenário, para que a CTU, em nome do CRH, se constitua num organismo articulador no
349 âmbito do Rio Grande do Sul para tocar a formação do Comitê Federal do Uruguai. Ivo
350 Mello, presidente do Comitê Ibicuí esclareceu que a pretensão é que todos tenham ciência,
351 o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai no sistema federal é considerada a 12ª
352 região hidrográfica, e como previsto no sistema nacional de recursos hídricos vai ser um
353 comitê federal, a exemplo do que tem acontecido em outros comitês similares, e que na
354 recém editada Revisão do Plano Nacional, na edição das prioridades para 2012-2015, está
355 a implementação dos instrumentos de gestão na região hidrográfica do Uruguai. Para
356 participar desse processo, nos articulamos com o diretor do DRH, Marco Mendonça, para
357 que pudéssemos no âmbito da Câmara Técnica do Uruguai discutir os encaminhamentos,
358 as demandas que certamente vão acontecer. Demandas, inclusive, do sistema nacional, A
359 secretaria nacional dos recursos hídricos já tem inclusive algumas demandas da
360 Procuradoria Federal, já demandando da criação do comitê do Uruguai, das quais vários de
361 vocês já participaram dessa oficina. Então, comunicamos que estamos desejosos de que
362 isso aconteça e achamos essa figura da autorização para que a CTU possa, dentro dos
363 sistemas, trabalhar agendas e pautas nesse sentido. Essa é a essência do processo. Vice-
364 Presidente Paim pediu permissão para falar como representante da Secretaria de Obras e
365 colocou que a palavra autorização foi usada corretamente, porque a CTU é parte deste
366 conselho, lembrando que ela é composta pelos onze comitês que formam a região do
367 Uruguai, mais a Secretaria de Obras e a Secretaria do Meio Ambiente, representada sempre
368 pelo DRH, nunca esquecendo que o DRH é o órgão gestor do sistema e como tal se não
369 fosse a exigência da ANA, que é parte fundamental neste processo. É preciso que o DRH,
370 mais do que apoiar isso, tem que puxar esse assunto, porque seremos cobrados pela ANA.
371 E como conselheiro, acho a ideia maravilhosa. Colocado em votação, autorização à CTU



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 aprovada. **III - Assuntos Gerais – Apresentação da Associação dos Usuários da Água**
373 **da Bacia do Rio Santa Maria sobre a proposta de distribuição de água no sistema**
374 **Taquarembó-Jaguari** – Eng. Eldo Frantz, presidente da AUSM, agradeceu pela inserção
375 dessa proposta na pauta da reunião e colocou que a AUSM acha que isso é mais do que
376 uma necessidade, em função do que representa, primeiro para a bacia do Santa Maria e
377 para região como um todo, essas obras. E segundo, que elas não podem passar sem
378 inserção no âmbito, já que estão situadas no centro da Bacia do Santa Maria e também no
379 centro do processo de gestão de águas e deve servir para alguma inovação, algum modelo
380 que se estabeleça lá. A Associação de usuários criada tem a pretensão de achar que pode
381 ser, como determinou já em algumas resoluções da Agência Nacional de Águas, um ente
382 proativo nesse processo, nesse sistema e está se apresentando e demandando pra
383 Secretaria de Obras iniciar o processo de discussão da gestão do processo desse sistema.
384 Para isso começamos a trabalhar há algum tempo e propusemos algumas alterações em
385 relação ao que estava proposto originalmente, que vamos mostrar aqui hoje, as
386 considerações e encaminhamentos necessários, dizendo sempre que estamos
387 encaminhando tudo via Secretaria de Obras que é o ente coordenador do Pró-Água
388 Nacional aqui no Estado, consta nas resoluções da ANA como também assim sendo, e
389 portanto é a quem a AUSM, através do comitê, porque tudo passa por ele, tem se dirigido,
390 tanto no âmbito de aprovar a proposta que estamos elaborando e propondo a SOP; fazer
391 estudo de viabilidade, porque contestamos o projeto original, que era de distribuir águas
392 dessas barragens pelos leitos dos rios, coisa que não concordamos; colocar a comunidade,
393 muitos fazem parte da AUSM, nos organizamos de forma diferente e estamos trabalhando
394 no sentido que pretendemos mostrar rapidamente aqui para o nosso conselho ficamos a
395 disposição. Gerson, presidente do Comitê Santa Maria acrescentou que essa era uma
396 demanda desde outubro do ano 2011, até porque necessitava, não só aqui no CRH, como
397 também no FGC, que fosse dada transparência neste processo, no sentido de que os
398 comitês não conheciam esse sistema e todos os recursos do fundo que saíram para o
399 desenvolvimento desse projeto. Na realidade sempre ficavam naquela situação: afinal, tem o
400 recurso, mas não sabemos onde está sendo aplicado. Então partiu do comitê da bacia essa
401 proposição para que se fizesse essa apresentação e demonstrasse toda essa transparência
402 necessária que os conselheiros do CRH precisavam e assim também vai ser feito no Fórum
403 Gaúcho. Vice-presidente Paim colocou que na virada do Governo, a SOP representou a
404 então Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água e no pacote herdou
405 essas duas obras em andamento Taquarembó e Jaguari e um estudo de concepção de
406 canais que o Eldo já colocou. Passado um tempo, o Secretário recebeu a visita do Ministério
407 da Integração Nacional, acompanhados da AUSM, do Comitê de Bacia, de Prefeitos, enfim,
408 de uma ampla representação da sociedade da Bacia do Santa Maria, conduzidos pela mão
409 do Ministério dizendo: Secretário, o Ministério fará o que o Estado do RS decidir e gostaria
410 que ouvissem essa proposta. É obvio que aconteceu e o que vai ser licitado agora é um
411 projeto executivo dos canais, que já não são mais dois, é um sistema de canais e está
412 dividida em duas partes. Os primeiros quatro meses é uma avaliação comparativa entre o
413 projeto original, com essa proposta que a AUSM, o comitê da bacia, enfim a sociedade da
414 região apresentou. Diga-se de passagem, vem apresentando há muito tempo, mas o
415 Governo do Estado não os ouvia. Um segundo momento é então, a partir desse estudo de
416 viabilidade, aí sim, um projeto do que vai aparecer. Parece óbvio pra mim que sou técnico,
417 tanto quanto o Eldo, o Gerson, enfim, tá na cara que isso aqui é melhor, mas
418 institucionalmente não. Na SOP tem um projeto original lá assinado, avaliado, aprovado, não
419 tem como simplesmente mudar tudo e contratar esse. Existe a necessidade institucional,
420 legal, orientado pela CAGE de que se faça um estudo comparativo. A empresa que ganhar a
421 licitação terá que mostrar que isto aqui não serve, ou o que daqui serve; essa é a proposta e
422 a partir daí é projeto executivo que sobrou. Esse processo ainda não andou, ele está na
423 CAGE e nós já demos todas as explicações que eles pediram. Agora voltou agora pra
424 CECOM e esperamos que seja resolvido e possa ser licitado. São doze sistemas de canais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 a partir de uma avaliação da proposta que a AUSM está trazendo. Presidente Bernal
426 questionou se em algum momento a empresa construtora do projeto pensou numa opção
427 dessa dimensão, lá na proposta original? Foi implantada a proposta com a empresa
428 construtora pra propor? Essas ideias surgiram da mobilização dos usuários? Sr. Eldo
429 esclareceu que o projeto foi trazido e entregue pra nós, dizendo: é assim que vai ser, foi
430 assim planejado e pronto. Inclusive nem nos recomendavam conversar muito com o
431 Ministério da Integração Nacional e até pouco tempo atrás pensávamos que o Ministério só
432 financiava obra de canal que fosse revestido de concreto. Essa era a justificativa para que
433 aqueles dois canais fossem de concreto. Queremos transformar esse recurso em
434 quilometragem de canal, que sirva efetivamente a região e não vá beneficiar o Baixo Santa
435 Maria, mais do que o próprio Santa Maria. Fernando Bernal colocou que isso mostra a
436 importância de batalhar tanto na discussão e das instituições locais assumirem o
437 desencadear dessas ações. E quando essas consultorias caem do céu ou do inferno e
438 aparecem soluções mirabolantes, acabamos ficando preocupados. Estamos vendo que
439 agora teve que se contratar uma nova consultoria, pra gastar de novo e dizer talvez o óbvio,
440 ou dizer que está tudo errado. Está na hora da sociedade se mobilizar contra esse sistema
441 que é universalizado, que é de se ouvir os processos por meio de contratação de licitação,
442 dentro de critérios que são pré-definidos pela legislação, e muitas vezes eles advêm da falta
443 de conhecimento local. Isso talvez seja ainda um dos grandes problemas a ser debatido na
444 elaboração dos próprios planos de bacia. Por isso parabênizo vocês pelo trabalho que foi
445 desenvolvido, pela coragem de tomar essa iniciativa de propor soluções alternativas a isso e
446 alerta de novo a minha preocupação de que, novamente uma nova consultoria terá que ser
447 contratada pra dar opinião num trabalho que deveria ter sido feita pela primeira consultora
448 que fez o projeto. Vice-Presidente Paim só explicou que o recurso existe, mas a CAGE não
449 está entendendo como é que com um mesmo recurso vamos fazer projeto de, ao invés vinte
450 e sete ou trinta e sete, vamos fazer cento e poucos quilômetros. Até explicar pra CAGE que
451 do ponto de vista de projeto, projetar um quilômetro ou dez quilômetros não muda muito, do
452 ponto de vista de um canal, em terra, etc. Só para concluir que neste caso não haverá
453 aporte de recursos, ao contrário, um estudo será feito com o mesmo recurso e a obra
454 decorrente também. Por isso que provavelmente em aprovada essa concepção, o recurso
455 existente no PAC2 não construa todo o canal, construa um pedaço só que é o dinheiro que
456 está lá. Paulo Robinson cumprimentou o Comitê Ibicuí, Santa Maria e AUSM pela
457 transparência, e colocou que ele mesmo cobrou sobre o dinheiro que foi disponibilizado para
458 as prefeituras, porque o dinheiro saía do FRH, e não mostravam onde estava indo. Toda
459 essa nova concepção, a seu ver e pelo conhecimento que tem, de que a construtora que fez
460 a primeira obra teria que fazer alternativas no estudo de impacto ambiental e tantas
461 questões que sabemos e ela não fez, mas não é o momento de discutir isso aqui. Essa nova
462 concepção vai modificar, vai ter novos estudos, relatórios, e isso está computado dentro do
463 orçamento. Sobre a questão da administração do recurso que vai ser feita pela AUSM? Vai
464 haver uma cobrança do condomínio, embora não saiba como está o plano da bacia, como
465 vai ser essa administração e se esses recursos recebidos vão ser inseridos no sistema
466 novamente? Outra questão que preocupa é a manutenção do canal, porque na hora de
467 construir se diminuem os recursos, mas joga a manutenção e sempre gosta de dizer que a
468 construção é um ano, dois, mas a manutenção se herda por 50 a 100 anos e esses recursos
469 são significativos no decorrer desse período. Sr. Eldo informou que a AUSM é uma das
470 pretendentes da administração dessas barragens, sabemos que no âmbito do Estado tem
471 uma secretaria, um órgão ou autarquia, que está também pretendendo. Por isso é
472 importante chegarmos aqui primeiro e mostrar com toda a clareza como tem que ser uma
473 associação de usuários, que tem dentro do controle social a vantagem da administração ser
474 feita por uma associação de usuários tal como a do Arroio Duro que é considerado modelo
475 nacional de administração e gestão. Existe também a iniciativa privada que se houver
476 possibilidade vai, e temos ao lado de uma dessas barragens, no município de São Gabriel,
477 um sistema de barragens e poucos canais, muita água distribuída no leito de rio que tem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 algumas, ou sérias, ou muitas queixas dos usuários dizendo que não funciona. Além do que
479 a AUSM não tem fins lucrativos, o que é um grande benefício, porque sabemos que a
480 agricultura em geral não tem condições de fazer grandes pagamentos, de suportar grandes
481 custos em suas planilhas em função de água. Como são sistemas grandes, coletivos, por
482 isso eliminamos a questão da individualidade de bombeamentos e tudo mais propondo um
483 sistema associativo como, aliás, está proposto o sistema de outorgas para o rio Santa Maria,
484 estamos trabalhando em cima disso. Mas ali seria um exemplo, um centro da bacia do
485 Santa Maria onde todos os instrumentos de gestão poderiam ser instalados a qualquer
486 momento sem nenhum problema, basta o comitê decidir e nós estamos ali pra fazer isso
487 com todo o controle e sustentabilidade sem nenhum problema, basta que se defina quais
488 são. Mas é claro que a questão do custo, assim como lá na AUD é considerado, o Estado
489 investidor digamos assim, vai querer ressarcimento por essas obras, quanto tempo vai levar,
490 para se montar o custo que isso vai ter. O custo de manutenção não nos preocupa, vendo o
491 sistema do Arroio Duro, sabemos como é feito, o custo que isso tem, que simplesmente não
492 impacta grandemente na operação dos processos e muito menos nos custos. Essa é uma
493 região com solo bem mais propenso a erosão e a problemas de manutenção de canais
494 desse tipo de obras do que o nosso e não tem problemas. É nós conhecemos pela nossa
495 vida prática dos pés enterrados no barro desde antigamente, fazendo isso nas lavouras de
496 arroz e sabemos que tem viabilidade. Queríamos ressaltar que a AUSM agradece de novo
497 por ter sido a primeira a apresentar a nossa proposta aqui no conselho, que é apenas um
498 esboço, que depende desse estudo de viabilidade e depois vamos partir para o
499 mapeamento disso tudo, com um cadastro completamente seguro e preciso em relação ao
500 que nós temos hoje, e o projeto do executivo é que vai nos demandando esses dados e nós
501 vamos fornecendo, com a grande vantagem do conhecimento prático e técnico do local.
502 Afinal de contas a bacia do Santa Maria sempre tem pontado todos os processos dentro do
503 sistema de gestão de águas, licenciamento ambiental, programa de regularização e agora
504 esse sistema de outorgas que está sendo proposto pra ser implantado lá. Temos um corpo
505 técnico da melhor qualidade que tem correspondido sempre a tudo isso, tem ajudado,
506 erramos, acertamos e esse é mais um aporte de conhecimento e nos propomos a dar. Que
507 venham os outros e compatibilizemos as ideias e conhecimentos e voltaremos aqui sempre
508 que o Conselho quiser. Vice-Presidente Paim informou que o Comitê Santa Maria já
509 encaminhou a Secretaria de Obras uma solicitação para poder discutir como será o sistema
510 de gerenciamento do sistema Taquarembó - Jaguari, a partir das duas resoluções da ANA.
511 Cabe a SOP e ao Departamento de Irrigação dar andamento a isso. E parecido com o que
512 se trabalhou aqui algumas questões hoje, quero lembrar que o Secretário trará o assunto ao
513 Conselho, para que o mesmo possa se manifestar também como Recomendação, não é da
514 competência do Conselho, mas porque é do interesse do sistema e o conselho é o órgão
515 superior do sistema de qual, se manifestar sobre qual é o modelo mais adequado. Aqui no
516 RS têm três ou quatro modelos funcionando, uns melhores, outros piores. Outra questão
517 que também conversei como Diretor Marco é sobre a discussão de administração específica
518 do Sistema Taquarembó-Jaguari, não tem como, ela está umbilicalmente vinculada a
519 discussão da gestão de água dentro da bacia como um todo. Então, discutir tarifa do
520 condomínio sem discutir cobrança pelo uso da água fica uma coisa meio esquisita; dá para
521 fazer, mas particularmente eu me sentiria desconfortável em ficar discutindo, por exemplo,
522 um prédio ou um bairro sem discutir a cidade como um todo. Henrique Kotzian consultor da
523 Ecoplan colocou que a consultoria foi muito citada pejorativamente agora há pouco. Colocou
524 que acompanhou, embora não estivesse envolvido nas questões dos canais do Santa Maria,
525 porque na época era responsável pela coordenação de um lote de projetos da transposição
526 do Rio São Francisco, e quem investe na transposição é o Ministério da Integração
527 Nacional, que é um grande investidor em obras hidráulicas no País. O Ministério coloca
528 dinheiro a fundo perdido em obras hidráulicas e depois exige que a operação e manutenção
529 do sistema sejam de forma sustentável. Como ele é o colocador de recursos, e aqui no caso
530 me parece que é 80% a parcela federal, ele diz as regras. Eu estava em Brasília



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 participando da reunião do São Francisco, quando o pessoal do Estado também estava lá
532 em reunião com o pessoal do Ministério e ele deixou bem claro que não financiam canal não
533 revestido; isso é política do Ministério, por questões de insegurança operacional, custos de
534 manutenção, enfim. Eles fazem isso no Nordeste semiárido que a água tem outro valor,
535 existe muito menos água lá, aqui estamos acostumados com canais não revestidos. Parecia
536 um absurdo, mas enfim ele era o dono do dinheiro e impôs essa regra, é por isso que a
537 consultoria foi orientada pelo contratante, que é o Governo do Estado, e eu conheci o
538 projeto, fui chamado até para fazer algumas análises, algumas críticas. Mas na questão do
539 revestimento era uma exigência deles, assim como a Caixa Econômica quando vai financiar
540 algum loteamento, diz se quer a rua pavimentada, asfaltada ou não. Isso quer dizer que,
541 quem põe o dinheiro normalmente diz e pelo jeito não sei se pela mobilização local ou do
542 Estado, houve uma sensibilização lá em Brasília e eles reviram essa situação o que permite
543 hoje ter outra abordagem e uma nova solução. Acharmos bastante interessante a proposição
544 que está sendo feita, não tem como abrir mão da consultoria, porque alguém vai ter que
545 fazer o projeto executivo, o controles das comportas, das bombas, enfim tem uma série de
546 coisas, vai ter que ser licitado. Então do meu ponto de vista felizmente ainda vai ter
547 consultoria. Vice-Presidente Paim salientou que assim como no Governo do Estado, as
548 coisas mudam, no Governo Federal também. O que há hoje no Governo Federal e permitiu
549 isso foi: a participação, a persistência e a capacidade técnica de convencimento do pessoal
550 da bacia, que funcionou aqui no Estado e em Brasília. A mudança de ares no Ministério e no
551 Governo do Estado também permitiu isso. Conselheira Margarete questionou se foi feita
552 alguma pesquisa ou levantamento pela Associação sobre disposição a pagar por parte dos
553 usuários que teriam acesso, porque é um empreendimento bem caro, tem um valor bastante
554 elevado e essa questão de disposição a pagar é muito interessante, pra subsidiar a
555 estrutura de viabilidade. Sr. Eldo esclareceu que não fizeram este levantamento, porque o
556 mercado deles tem um valor e a produção de arroz é a atividade praticada nos 120 mil
557 hectares da bacia do Santa Maria, plantados com água arrendada, como é chamado lá. O
558 investidor que pode ser também o próprio empreendedor da lavoura e tem uma barragem
559 que fornece água e cobra por ela um arrendamento, uma taxa. E a nossa proposta é que
560 sempre seja a menor do que se paga hoje. Nós temos lá um mercado aviltado, de preços
561 elevados exatamente por carência, temos uma carência enorme, há conflitos de uso que
562 não extrapolam, como aconteceu aqui no caso do Sinos, porque isso é da nossa história;
563 antes de se pensar em política de gestão de águas se faziam barragens lá e se doava para
564 a Corsan para acomodar a situação. A disposição é substituir essas águas, que além de
565 caras, são inseguras, por uma água segura que caiba dentro da planilha de custos da
566 lavoura de arroz. Nós vamos discutir na sequência, mas a referência é o que nós pagamos
567 hoje, que é um dos preços mais elevadas do Estado e dentro do que cobra e sustenta todo
568 o processo administrativo e técnico de manutenção na barragem do Arroio Duro. São
569 valores que estão abaixo dos que nós pagamos lá. Como nossas barragens têm algumas
570 características, como por exemplo, a Taquarembó que é uma barragem de concreto e por
571 isso tem menor manutenção, pretende-se que tenhamos a possibilidade de ter menor custo,
572 desde que isso seja administrado por alguém que não tenha uma entidade ou uma
573 instituição, que não tenha fins lucrativos, como é o caso da nossa associação. Precisamos
574 definir como vai ser feita essa gestão; aliás, queria dizer da grande virada que tivemos
575 nesse processo de diálogo, que passamos a ter facilidade de acesso a informações de
576 trabalho e de proposição das coisas a partir da chegada do Diretor Paim na SOP, com essa
577 filosofia de diálogo que ele tem. Vice-presidente Paim salientou que entre as vantagens que
578 são normalmente arroladas como sistemas de administração e isso nós estamos discutindo
579 muito em Brasília, porque eles têm exemplos no Brasil todo de perímetros irrigados, como é
580 que funciona a participação pública e privada. E o Ministério tem considerado e dito em alto
581 e bom som que o sistema útil e o modelo. Então, das vantagens do sistema uma delas é
582 essa, que funcione em condomínio, e nesse caso quem fixa o valor são os próprios
583 condôminos. É aquela história: tem que funcionar e tem que ser barato, tem que ser barato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 e tem que funcionar. Ivo Mello sugeriu trazer a prestação da AUD para ver como funciona,
585 porque lá tem pagamento pelo investimento. Vice-Presidente Paim colocou que algum
586 tempo atrás quando fazia a apresentação prévia da SOP disse que esse assunto tinha que
587 ser trazido pra cá, nessa linha de esclarecimento de todas as dúvidas que surgirem.
588 Conselheiro Renato Zenker parabenizou o pessoal da AUSM pela organização e colocou
589 que para esclarecimento, ele se compromete a trazer a AUD pra fazer uma explanação aqui
590 no CRH, se abrirem um espaço. E salientou que a base de funcionamento da AUD é
591 excelente, vale para todo o Brasil e com certeza eles virão, até porque está abrindo um novo
592 sistema lá e eles também têm interesse nisso. Conselheiro Daniel Schmitz questionou Sr.
593 Eldo se o município de Dom Pedrito faz parte da associação em virtude dos usos múltiplos
594 da água e pela característica social da obra, seria essencial sua participação. Sr. Eldo
595 esclareceu que não participam, a associação luta pra que a Corsan se associe e que ela já
596 manifestou várias vezes interesse em participar, mandou representante, mas não conseguiu
597 entender que a AUSM não é a mesma coisa que o comitê. Queria esclarecer também o que
598 mantêm a AUSM hoje não é esse corpo social, até porque ela é nova, precisa mostrar
599 serviço, pra que as pessoas se convençam de que devem pagar alguma coisa porque vão
600 ter o benefício futuro, mas o mundo empresarial da bacia está ajudando a sustentar esse
601 processo aqui, que envolve bastante trabalho, enfim, custos. Só para concluir em relação à
602 AUD, temos tido um diálogo constante, seguro e firme, eles sempre tem nos recebido muito
603 bem e é o nosso modelo. Vice-Presidente Paim agradeceu a todos e encerrou a reunião e
604 eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária-Executiva Adjunta do CRH/RS lavro esta ata.